

**MOVIMENTO APRENDIZES DE SABEDORIA (MASA):
cartografando processos de r-existência**

**“MOVIMENTO APRENDIZES DE SABEDORIA (MASA)”:
cartografando processos de r-existencia**

Adriane de Andrade

Doutoranda em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil
adrianedeandrade@yahoo.com.br

Jorge Ramón Montenegro Gómez

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil
jorgemon@ufpr.br

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar as contribuições da cartografia social na luta dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado do Paraná, mais especificamente o Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA) e como essa ferramenta tem auxiliado nas estratégias de territorialização do movimento no Estado, construindo/acionando uma identidade coletiva do grupo. Observa-se através dessa análise que o MASA aciona a cartografia social como ferramenta no auxílio de sua r-existência nos territórios em que está inserido. A cartografia social é entendida nesse trabalho como uma cartografia da ação social, ou seja, uma estratégia, na construção de uma territorialidade multidimensional relacionadas estreitamente com os processos de r-existência dos movimentos sociais. Para o MASA ela é utilizada para a identificação dos sujeitos e dos conflitos e como principal fonte da articulação política da base, resultando em conquistas como a institucionalização do ofício de benzedeira nos três municípios que o movimento está territorializado.

Palavras-chave: Cartografia Social, r-existência, identidade coletiva, Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA) do Estado do Paraná.

Resumem

El objetivo de este artículo es analizar las contribuciones de La cartografía social en la lucha de los Pueblos y Comunidades Tradicionales en el Estado de Paraná, más específicamente el Movimiento de Aprendices de Sabedoria (MASA) y cómo esta herramienta há ayudado em las estrategias de territorialización del movimiento em el Estado, construyendo la identidad colectiva del grupo. A través de este análisis, se observa que MASA utilizala cartografía social como una herramienta para ayudar a su existência em los territórios em los que se inserta. La cartografía social se entiende en este trabajo como una cartografía de acción social, es decir, una estrategia, em La

construcción de una territorialidad multidimensional estrechamente relacionada com los procesos de re-existencia de los movimientos sociales. La cartografía se utiliza para La identificación de sujetos y conflictos y como fuente principal de la articulación política de la base del movimiento, lo que resulta en logros como la institucionalización de la profesión de benzedeiros em los três municípios donde el movimiento está territorializando.

Palabras clave: Cartografía social, re-existencia, identidad colectiva, Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA) do Estado do Paraná.

Introdução

O Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA), se constitui como um dos integrantes do movimento social no Paraná denominado Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, que busca articular as estratégias de resistência e de enfrentamento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) paranaenses. Essas comunidades tradicionais são representadas pelos: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, benzedeiros, cipozeiras, ilhéus, faxinalenses, ciganos e as comunidades de terreiro. Segundo dado da Rede Puxirão estima-se que a população que integra esse movimento seja de aproximadamente 198.000 pessoas, 1,74 % da população do Estado. Parece um número pequeno, mas a Rede tem alcançado dimensões e proporções grandes quando se fala em visibilidade e conquistas para esses povos. Junto aos demais segmentos, o MASA, movimento social que articula a luta das benzedeiros, está na luta buscando defender seus territórios do avanço do capital que cerca, desmata, envenena suas plantas e criminaliza suas práticas. Em particular, sete dos nove segmentos de PCT's pertencentes à Rede Puxirão vêm se apropriando da cartografia social como ferramenta de resistência e de auto reconhecimento que auxilia no processo de organização e no estabelecimento de reivindicações compartilhadas

O objetivo desse artigo é analisar como a cartografia social permite adensar a organicidade e a articulação política de movimentos sociais que estão hoje inseridos na categoria de PCT's no Brasil. Para tanto, se entende a cartografia social como uma cartografia da ação social, uma estratégia, dentro de um repertório de mobilização mais amplo, na construção de uma territorialidade que visibilize a formação de uma identidade marcada pela apropriação de um território multidimensional, com ênfase nas questões políticas e culturais, porém relacionadas estreitamente com as dimensões econômicas e

ambientais, nos processos de r-existência dos movimentos sociais. Especificamente para este trabalho, de todos os segmentos de PCT's no Paraná, trazemos a experiência do Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA) o qual tivemos a oportunidade de acompanhar durante a cartografia social realizada no município de Irati-PR e através da pesquisa ação -participante nos últimos quatro anos.

Para entendermos como se deu esse processo de construção do movimento social e o acionamento de uma identidade coletiva, destacamos o debate sobre PCT's e as disputas e conflitos oriundos dessa categoria, da qual o movimento nasce, pois atualmente estão marcando a cena agrária brasileira, devido aos inúmeros conflitos territoriais em que estão implicadas como protagonistas.

Construindo a luta desde um olhar para os Povos e Comunidade Tradicionais (PCT'S)

Os PCT's, no Brasil, estão representados por um conjunto de movimentos sociais que vêm politizando a cultura e a identidade e colocam no primeiro plano de suas ações e discursos não só a questão da igualdade, mas também a questão das diferenças, em particular o reconhecimento de suas territorialidades específicas. Dessa forma, suas estratégias coletivas estão inevitavelmente vinculadas à cultura, mas também à redistribuição material, à defesa do território e à luta por políticas públicas (CRUZ, 2013).

Eles vêm se destacando na cena agrária brasileira e paranaense, em função desses elementos que enfatizam (diferença, reconhecimento, identidade), porém, também em função dos conflitos que sofrem ocasionados pela expansão capitalista no campo. Como afirma Almeida (2010), os PCT's estão na centralidade das agroestratégias, ou seja, mecanismos acionados pelo interesse do agronegócio, com fins de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil “[...] por meio da intensificação de medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, resultando em processos de desterritorialização no campo brasileiro”. Um sem fim de projetos de lei, de decretos etc. que buscam reduzir os direitos desses povos e que aumentam o número e a violência dos conflitos no campo.

Esses povos reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de estar, ser e fazer e do uso dos bens naturais através de movimentos sociais que buscam se situar na arena política. São povos e comunidades que geram movimentos

sociais caracterizados pelas estratégias discursivas, identitárias e territoriais (ALMEIDA, 2008)

A luta desses povos está relacionada com a invisibilidade social que também é evidenciada na inexistência de estatísticas e censos oficiais, o que levou estes grupos a elaborarem seus próprios levantamentos na tentativa de afirmar sua existência coletiva em meio a tensões, disputas e pressões que ameaçavam seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e diversos outros dispositivos jurídicos infraconstitucionais.

O aparato jurídico que protege as comunidades tradicionais está baseado na Constituição Federal de 1988 (Artigos 215 e 216)ⁱ. Ambos são extremamente importantes como estrutura para os direitos culturais e para o reconhecimento das populações tradicionais brasileiras e acabam desencadeando leis, convenções e portarias que ao longo dos governos são incorporados na legislação brasileira (LEWITZKI, 2019)

Temos também como um grande marco para os PCT's a ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, “sobre Povos Indígenas e Tribais” que foi promulgada no Brasil apenas em 2004 pelo decreto 5.051. A Convenção determina que os governos protejam os povos e comunidades que possuam culturas e modos de vidas diferenciados. Isso implica proteção dos territórios, suas organizações, sua cultura, economia, seus bens materiais e imateriais e o meio ambiente em que vivem. Um dos ganhos de maior destaque na Convenção 169 da OIT está no seu artigo 1º, apontando que o critério fundamental para dizer se uma comunidade é ou não protegida pela convenção é “(...) a consciência de sua identidade”, segundo decreto nº5.051 de 2004, portanto são os próprios membros dos povos e comunidades que podem dizer se são ou não tradicionais. A normativa desponta como o principal mecanismo jurídico para a efetivação dos direitos dos PCT's e resulta seriamente questionada pelas agroestratégias.

Em 2004, como resultado da mobilização de diferentes movimentos sociais e organizações, é criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, modificada em 2006 e com a incumbência de criar e coordenar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (2007)ⁱⁱ. Em 2016, a Comissão é transformada em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais igualmente com caráter consultivo e que mantinha metade de seus

integrantes representando diversos organismos do Governo Federal e metade representando a sociedade civil, entre eles, as benzedeadasⁱⁱⁱ.

Apesar dessa institucionalidade, os avanços em matéria de reconhecimento territorial têm sido praticamente nulos. Se a visibilidade e o reconhecimento identitário são questões importantes em que o Conselho pode ter servido como caixa de ressonância, a PNPCT tem resultado frustrante, falta de ação em um terreno tão importante como complicado: segurar as terras comunitárias frente à voracidade dos diversos “agronegócios”, agrícola, pecuário e dos desertos verdes, mas também, da mineração, das grandes obras, etc.

Diante dessa falta de iniciativa institucional, os PCT's têm aberto mão de um diverso repertório de formas de luta. Uma delas consiste na produção de discursos territoriais alternativos às narrativas oficiais com o mapa como estratégia primordial, através da cartografia social. A cartografia social é uma ferramenta que vem sendo usada pelos PCT's para o reconhecimento das demandas, caracterização espacial e cultural dos seus territórios e conflitos. No Brasil, a utilização da cartografia social já é bastante significativa na Amazônia e tem se expandido para outras regiões do país. As experiências podem estar associadas tanto à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território (ACSELRAD, 2008).

No Paraná, desde 2005, a cartografia social tem contribuído para a visibilidade das práticas e dos conflitos sociais enfrentados pelas comunidades tradicionais. O segmento das benzedeadas no Paraná é um desses grupos que tem utilizado a cartografia social como estratégia de luta. No próximo item apresentamos melhor este movimento, desde o ponto de vista de sua territorialidade e de sua identidade, para depois analisar como se deu e se dá o processo de construção de autcartografias que disputam sentidos do que significa o campo hoje, que reformulam como entendemos a questão agrária.

MASA- Acionamento/construção da territorialidade e da identidade

Estima-se que existam hoje, no estado do Paraná, aproximadamente 7.000 praticantes da arte de curar e ensinar remédios caseiros, colaborando diretamente para a saúde de milhares de pessoas em todos os municípios do estado (MASA, 2017).As

detentoras desse ofício tradicional de cura tentam manter vivos estes saberes que foram acumulados ao longo de muitas gerações e que possuem origens diferentes (indígenas, africanas, europeias). Em um cenário rural onde cada vez mais se dissemina o uso de agrotóxico e a destruição de florestas nativas, e na área urbana onde concorrem com outras formas de cuidado, os detentores de ofícios tradicionais de cura tornam-se uma forma de resistência à destruição ambiental e oferecem alternativas concretas que valorizam o cuidado, de forma não mercantilizada e monopólica (VANDRESEN et al., 2014).

O MASA surgiu de trabalhos de assessoramento para formação de grupo de mulheres faxinalenses tendo como objetivo principal a organização das comunidades para a valorização e retomada do conhecimento popular com plantas medicinais, os ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa e a agroecologia. A repressão da igreja e dos órgãos de saúde gerou toda uma marginalização dos ofícios tradicionais de saúde popular, abandonando-se práticas populares de cura, o que motivou a promoção de reuniões a fim de expandir e valorizar o uso e o preparo de plantas medicinais e o reconhecimento do ofício (MASA, 2017).

Na imagem 01, apresentamos uma linha do tempo simplificada da construção do MASA, considerando três fases históricas político-organizativas: período pré-Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF), período ASA (Associação Aprendizes de Sabedoria de Medicinais e Agroecologia) e período MASA (Movimento Aprendizes da Sabedoria), seguindo a periodização proposta pelo trabalho de Almeida (2013).

Através desse histórico, podemos entender como o Movimento produz em seu território, região centro sul do estado, diferentes estratégias de territorialização, como mapeamentos sociais, leis municipais, encontros comunitários, municipais e regionais, etc.

Ao analisarmos o MASA e suas estratégias de luta, corroboramos com Saquet (2015) ao afirmar que a territorialidade se efetiva em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas por esses sujeitos e destes com seu lugar de vida. As benzedeadas foram saltando escalas, politizando sua cultura, abrindo espaços para novas benzedeadas se autoreconhecerem, em fim, construíram uma identidade maior e mais forte, ao mesmo tempo em que disputavam seus direitos e enfrentavam os processos de dominação eclesial e médica sobre elas.

Imagem 01: Linha do tempo do MASA

Período ASA

2006- 2007

Mapeamento social – Faxinal dos Seixas, Marmeleiro de cima e Faxinal do Rio do Couro- Construção identidade coletiva- conquista de espaços comunitários para elaboração de remédios fitoterápicos e cursos-



2008



1º Encontro Comunitário de Benzedeiras de Rebouças(Março), 1º Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais(Maio) - 1º Encontro Regional das Benzedeiras da região Centro sul do estado, que resultou na criação do MASA(Setembro)

Período MASA

2009

Mapeamento Social de Rebouças e encontros comunitários. Mapeados 133 Detentores de ofício tradicional de cura, realizado 1º Encontro Municipal em Novembro



2010



Lei Municipal de Rebouças 1401/2010, Decreto 027/2010-Criação Comissão Saúde Popular- Participação Rede Puxirão- 1º Acampamento dos PCT's do Paraná. Prêmio Saúde e Cultura.



2011

Mapeamento Social de São João do Triunfo, 161 benzedeiras mapeadas, 1º Encontro Municipal São João do Triunfo,- Apoio a Rede Puxirão lei estadual- Premiação IPHAN Projeção nacional-Lei Municipal 1370/11





Fonte: Adriane de Andrade, 2019.

A territorialidade das benzedeiças apela a um território material que o movimento ocupa e disputa, mas também é necessário analisar através da apropriação funcional e simbólica^{iv} (HAESBAERT,2005), que exercem sobre o território. Esse território das benzedeiças está inteiramente conectado com o saber/fazer, nele essas benzedeiças caminham, com sua forma de fazer comunidade, sua cultura e sua identidade coletiva.

Quando observamos o MASA, no exercer de suas territorialidades, entendemos que este se apropria do espaço por meio das atividades que configuram a produção de sua existência material, cultural, simbólica e afetiva. Nesta apropriação, grafam a terra, ou seja, *geografam* seus espaços de vida (PORTO-GONÇALVES, 2001) compartilhando espaço com outras territorialidades. Territorialidades formadas por grupos antagonistas como: o agronegócio da soja, do fumo, do pinus e eucaliptos, que impedem a entrada nos lugares de coleta das plantas medicinais ou envenenam as próprias plantas, a água e o solo, espalhando a doença e inviabilizando os processos de cura; o avanço das igrejas evangélicas que se constituem clara repressão e ameaça relacionada ao modo de viver e existir no território das benzedeiças; a imposição da medicina oficial e da indústria

farmacológica como única fonte de saúde, ainda que marcada pela mercantilização e pela fragmentação do que significa saúde de forma holística.

É nesse contexto que muitas pessoas, que representam grupos sociais historicamente marginalizados, passam a agir em rede, e encarnarem a existência coletiva de suas identidades emergentes: quilombolas, faxinalenses, ilhéus, cipozeiras, benzedeiros, religiões de matriz africana, pescadores artesanais, passam a existir enquanto sujeitos de direito, sujeitos que não somente se fundamentam em direitos já estabelecidos (como a Constituição Federal de 1988, a convenção 169 da OIT e o decreto 6040/2007), mas que passam a participar da criação e elaboração de leis, decretos, resoluções portarias, fiscalizações para preservação de seus modos específicos de reprodução física e social (VANDRESEN *et al.*, 2014, p. 29).

Segundo Vandresen et al (2014), o fortalecimento da identidade coletiva por parte dos sujeitos possibilita eles serem o que sempre foram. Aqui remetemos ao passado desses sujeitos que historicamente sofreram criminalização e perseguição e ganham força através de laços comuns e pela ação coletiva em territórios muito concretos. Portanto, a identidade é coletiva pelo fato de ser acionada por um grupo de pessoas que possui uma trajetória histórica e um território em comum, com vínculos de parentesco, de afetos e por uma memória dos fatores que determinaram suas existências e dos eventos que culminaram em expropriações territoriais.

De acordo com Almeida (2008), a construção política de uma identidade coletiva, através da percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta numa territorialidade específica que articula formas concretas de apropriação territorial em contraposição com antagonistas e em relação tensa com o poder do Estado. Para as benzedeiros, por exemplo, trata-se de poder extrair da mata as plantas medicinais que são usadas para realização de seu ofício de cura sem ser barradas ou impedidas pelas cercas das propriedades privadas existentes; poder batizar as crianças nos olhos d'água de São João Maria^v, e usar a água das nascentes que para as benzedeiros é uma água sagrada. Essa especificidade decorre justamente do fato de se tratar de grupos que evocam identidades com características singulares e modos específicos de territorialidades. Trata-se de uma luta pela reprodução de um modo próprio de estar e ser no mundo, e isso significa essencialmente lutar pelo direito ao uso tradicional da terra e que não necessariamente segue a lógica especulativa e privada do capital.

Corroboramos com Cruz (2006) ao afirmar que a identidade é uma construção histórica e social, que está estritamente ligada às relações de poder. As identidades são

produtos e produtoras das lutas e conflitos políticos. São construídas e instituídas nas lutas e conflitos dos diferentes sujeitos pela sua afirmação material e simbólica. A identidade está em constante movimento, em processo contínuo de ressignificação. Estabelece-se assim uma relação estreita e intrínseca entre a territorialidade e a identidade através das práticas produtivas e socioculturais (LITTLE, 2002).

Álvarez, Dagnino e Escobar (2000) mostram também como para analisar os movimentos sociais na América Latina é importante entendermos o significado do termo “política cultural” como sendo um laço constitutivo entre cultura e política, onde a primeira não pode ser analisada sem levarmos em consideração as relações de poder e, ao mesmo tempo, estas não podem ser entendidas sem o reconhecimento do seu caráter cultural ativo, ou seja, é importante analisar e entender a partir do processo em que o cultural se torna fato político.

A construção coletiva da identidade territorial, aliada à categoria de povos e comunidades tradicionais, torna-se um instrumento político que está diretamente relacionado à maneira de r-existir da comunidade (BARBOSA e MOURA, 2012). A identidade passa a ser a bandeira de luta dos direitos e, nesse sentido, entender a identidade coletiva das benzedadeiras enquanto MASA nos faz compreender os caminhos escolhidos pelo Movimento, suas estratégias territoriais que conformam territorialidades específicas. Ao analisar as pautas de luta do MASA, observamos que o grupo luta pelo direito a exercer o seu ofício e pelo livre acesso a plantas medicinais, pela valorização dos seus saberes tradicionais e costumes, pelo reconhecimento das suas “diferenças”, expressas em suas territorialidades distintas, pela preservação da natureza, todas elas se materializam na luta pelo território.

Mas, quem retrata essa disputa pelo território? E como? Quais são os mapas que conseguem dar voz a esses processos de r-existência, de luta contra o estabelecido: o agronegócio, a medicina oficial? Sob que retóricas se constrói um campo homogêneo que aplaude a intensificação das relações de produção capitalistas, mercantilizando saberes, sementes... tudo? Quais são as narrativas capazes de furar essa bolha do tecnológico, moderno, bom para todos? Nas próximas páginas adentramos na experiência das benzedadeiras com a cartografia social, principal estratégia utilizada pelo movimento para enfrentar essa retórica da hipermercantilização, consolidando um discurso das diferenças, da tradicionalidade que se atualiza, das lutas políticas e conjuntas pelo reconhecimento,

por visibilidade, pela valorização dos saberes que conformam novas territorialidades, teias que se formam e que representam redes de solidariedade, de respeito, de trocas e de vida.

Cartografia social no MASA: ferramenta de r-existência

Como pudemos acompanhar, o movimento surgiu primeiramente dentro do da APF, e apenas em 2008, com o surgimento do MASA, é que ocorreu a separação e o reconhecimento das benzedeadas como uma outra categoria, formando um grupo específico apenas para os detentores desses ofícios tradicionais de cura. As cartografias realizadas por este segmento tiveram grande importância para o fortalecimento da identidade coletiva do grupo e são de extrema importância para o desenvolvimento político do Movimento (ALMEIDA, 2013).

A organização da cartografia impulsionou reflexões importantes na construção e estruturação do Movimento ao longo dos anos. Em março de 2008 ocorreu o 1º Encontro Comunitário de Rebouças e em maio o MASA participou ainda vinculado à APF, do 1º Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais que deu origem à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Nesse evento foi lançado o 1º fascículo da cartografia social intitulado “Faxinalense: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”.

Essa cartografia foi realizada em conjunto com a APF nos anos de 2006 e 2007, com o apoio do Projeto da Nova Cartografia Social^{vi}, em três comunidades onde o MASA era bem articulado: faxinal do Seixas em São João do Triunfo, no faxinal Marmeleiro de Cima em Rebouças e no faxinal do Rio do Couro em Irati. Essa primeira cartografia foi importante para o fortalecimento da articulação do grupo, criando as bases para o 1º Encontro Regional das benzedeadas em 2008, onde evidenciou-se as principais dificuldades e desafios e possibilitou a construção/acionamento de uma identidade coletiva (ALMEIDA, 2013).

O encontro reuniu benzedeadas e benzedores de dez municípios, com o objetivo de proporcionar o encontro de detentores do ofício tradicional de cura de diferentes lugares e fomentar trocas de experiências e saberes, além de identificar diferentes realidades. Acabou resultando na criação do movimento social - MASA, que se propôs entender e articular as diferentes realidades das benzedeadas, suas territorialidades, suas práticas,

seus conflitos e as ameaças que produzem sua invisibilidade socioterritorial. Além de identificar possíveis lideranças e mobilizar as benzedoras para conhecerem seus direitos, surgiu no evento a ideia de iniciar os mapeamentos sociais pelos municípios de Rebouças e São João do Triunfo.

Em 2009, já como MASA, o movimento iniciou os mapeamentos baseados na metodologia do Projeto Nova Cartografia Social e com apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), que através de um projeto junto ao governo estadual, possibilitou ao grupo acesso a recursos humanos e financeiros necessários, iniciando simultaneamente os mapeamentos em Rebouças e São João do Triunfo. Porém, apenas o de Rebouças foi finalizado em 2009, onde foram mapeados 133 detentores de ofício tradicionais de cura.

Em novembro do mesmo ano realizou-se o 1º Encontro Municipal de Benzedoras, Benzedores, Curandeiras e Curadores, Capelões e Costureiras de Rendidura, Machucadura e Parteiros em Rebouças, com o objetivo de promover o diálogo com o poder público. Em fevereiro de 2010, após várias negociações, é aprovada a Lei nº 1.401, que reconhece os detentores de ofício tradicionais no município de Rebouças. Foi criada também a Comissão de Saúde Popular do município através do Decreto 027/2010 e o município incluiu as modalidades de ofícios tradicionais e suas práticas de saúde na política de saúde do município. Ainda em 2010, foi retomado o mapeamento em São João do Triunfo e o grupo passa a se tornar um segmento da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, deixando de exercer representação indireta através da APF. No final de 2010, o MASA recebe o prêmio de Saúde e Cultura do Ministério da Cultura e passou a fazer parte da “Rede Saúde e Cultura^{viii}”.

No ano de 2011 finalizou-se o mapeamento de São João do Triunfo e realizado o 1º Encontro de Benzedoras do Município de São João do Triunfo, onde mapeou-se 161 detentores do ofício tradicional de cura. Após várias negociações é aprovada a Lei Municipal 1370/2011. Ambas as leis, de Rebouças e de São João do Triunfo, reconhecem as benzedoras (dos dois municípios), garantem às mesmas o livre acesso às ervas e plantas medicinais e prevê o acolhimento das práticas tradicionais de cura no sistema formal de saúde.

Ainda em 2011, o MASA foi vencedor nacional do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na

categoria “Salvaguarda de bens de natureza imaterial”, para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, pelos mapeamentos sociais realizados nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo e pelo lançamento do Boletim: Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas- o direito de afirmação da identidade de Benzedeira e Benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná que contém os dois mapeamentos, assim como os principais conquistas e conflitos do movimento.

Em 2012, o MASA manteve sua articulação e sua agenda de expansão para outros municípios. No mês de novembro realizou o 2º Encontro Regional de Benzedeiras da Região Centro Sul do estado no município de Rebouças. No mesmo mês é aprovada a lei Estadual nº 567 que institui o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná^{viii}, atendendo as demandas da Rede Puxirão do qual as benzedoras fazem parte.

Como podemos observar, a territorialização do Movimento se realiza paralelamente às suas conquistas na estratégia de produzir sua própria narrativa através dos mapas. A identidade coletiva vai se localizando em mapas que têm o sentido próprio da autocartografia. Também o reconhecimento por parte de instituições e premiações se relaciona com essa tarefa de valorização, r-existência e contra-narrativa que são os mapeamentos sociais. Em todo caso, a experiência não parou em 2012. Em 2016, começa a mobilização para realizar o mapeamento em outro município da região: Irati.

Em 2016, como estratégia do Movimento, iniciou-se o processo de mapeamento no município de Irati, que acompanhamos de perto através da participação do Coletivo de Estudos sobre Conflitos por Território e por Terra (ENCONTTRA) auxiliando na construção do Mapeamento.

Para levantar as informações sobre as benzedoras foi criado um questionário onde além dos dados cadastrais padrão (nome completo, RG, CPF, endereço, data de nascimento), havia levantamento sobre as principais práticas tradicionais de cura, as principais práticas religiosas e culturais, os conflitos e ameaças, o tempo que já realizava as práticas de cura, como as realiza, com quem aprendeu, como se dá o repasse das mesmas, os principais santos de devoção e dados georreferenciais que eram gravados através do GPS (foi feita oficina de capacitação para a utilização do GPS com as benzedoras).

Tanto o questionário como a oficina de capacitação (Imagem 02) foram realizados durante encontro em que estavam presentes benzedoras de Irati, as lideranças do movimento de Rebouças, o grupo de assessores formado por dois professores do Instituto Federal do Paraná, campus de Irati, uma pesquisadora da Unicentro de Guarapuava, uma assessora do IEEP e quatro integrantes do Coletivo Encontra. Ao todo participaram de 25 a 30 pessoas. Nessa reunião também foram divididas as áreas do município a serem mapeadas e as equipes que sairiam para campo formados por um assessor/pesquisador e uma benzedora.

Imagem 02: Oficina de Capacitação

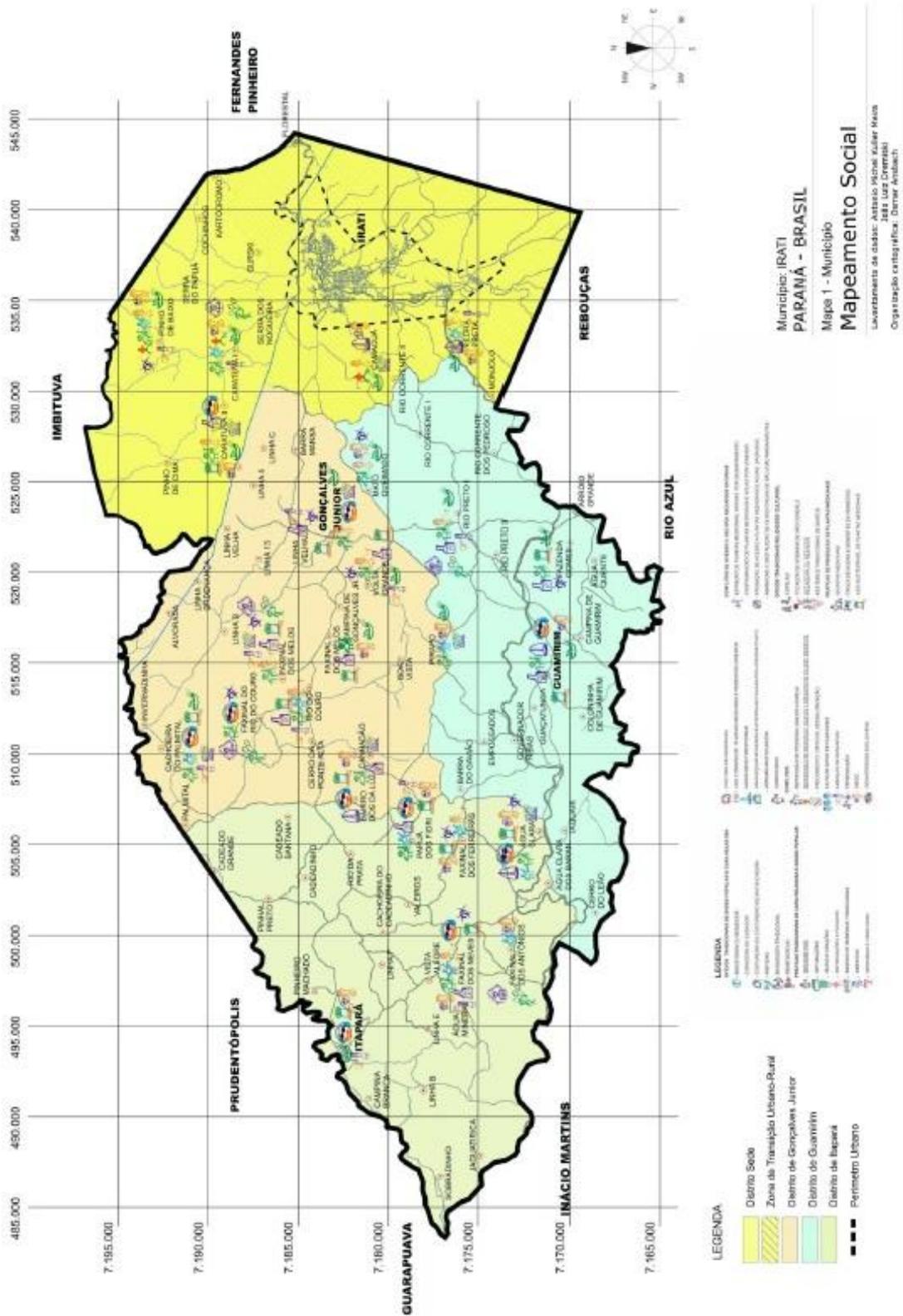


Fonte: MASA(2016).

A seguir descrevemos o processo realizado junto a Dona Agda (benzedora liderança de Rebouças), com quem foi mapeada a região de Itapará e Gonçalves Junior, região noroeste do município de Irati, zona rural. Ao todo foram realizadas quatro saídas a campo, e mapeado em torno de 20 detentoras de cura na região.

O levantamento consistia em uma abordagem inicial das pessoas visitadas que era feita na maioria das vezes pela benzedora, que se apresentava e explicava um pouco do projeto, seguido do questionário quando era autorizado pela entrevistada. Para finalizar eram anotados os pontos de localização com o GPS. Algumas das detentoras de ofício se recusaram a responder o questionário ou ainda negaram praticar o ofício, mesmo sendo indicado pela própria comunidade.

Imagem 03: Cartografia social do Município de Irati- Paraná.



Fonte: João Debrinski, Antonio Michel killer, 2018.

As entrevistas foram cruciais para conhecer a realidade das benzedadeiras que vivem na zona rural e entender um pouco da diversidade e multiplicidade de práticas, dons e formas de lidar com o ofício. Algumas relataram o descaso, a desvalorização e a falta de apoio da família e outras contaram com orgulho o número de curas realizadas, os lugares de onde as pessoas vêm para ser atendido, o número de partos realizados e como aprendeu ou herdou o dom.

Na imagem 03 podemos observar a configuração de um dos mapas construídos. Trata-se do mapa elaborado pelo MASA para o município de Irati onde estão identificadas as práticas das benzedadeiras juntamente com as principais ameaças sofridas pelo grupo, sobrepondo-as na base dos mapas da cartografia oficial com divisões administrativas, bacias hidrográficas, estradas. O Movimento utiliza das bases oficiais para reinventar outros mapas, se fazendo visível e representado.

Imagem 04: Oficina de Legenda, Rebouças-PR.



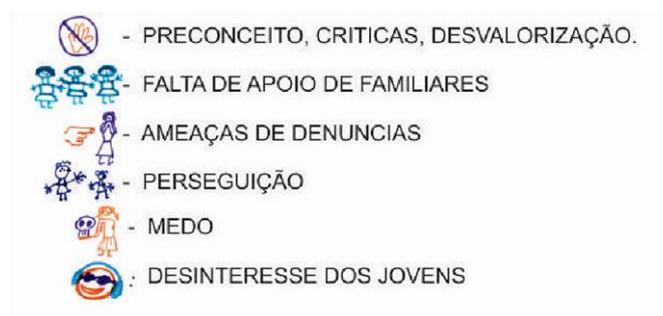
Fonte: Taísa Lewitzki, 2009.

Após o levantamento e as saídas para campo, foi realizado outro encontro com foco na confecção das legendas que são desenhadas pelas próprias detentoras de saberes populares de cura do município de Irati em conjunto com as benzedadeiras do MASA, como pode ser apreciado no mapa. A legenda também é outro processo importante nas cartografias do grupo, além de serem desenhadas pelos próprios sujeitos, representam as

principais falas do movimento, fazem com que os mapas e cartografias oficiais ganhem novas formas, novos sentidos, ganhem vozes. A Imagem 04 apresenta a oficina de legendas da cartografia realizada no município de Rebouças em 2009.

Na imagem 05, temos um recorte e ampliação da legenda do mapa de Irati, podemos observar a legenda já no processo final, inserida no mapa. O foco dessas legendas e do mapa foi visibilizar as práticas existentes em seus territórios e também mostrar as ameaças e conflitos que acabam interferindo no saber fazer das benzedadeiras.

Imagem 05: Zoom legenda do mapa de cartografia social município de Irati PR, 2016.



Fonte: Mapa da Cartografia social de Irati, 2016.

Como exemplo, temos na legenda acima o apontamento de conflito relacionados à desvalorização do ofício, o preconceito, a falta de apoio de familiares, ameaças e denúncias, medo e desinteresse dos mais jovens. A cartografia tem o papel de trazer para o mapa questões que não seriam expostas nem evidenciadas se não fossem construídas pelos próprios sujeitos que vivem no território, portanto é também uma ferramenta onde os povos e comunidades tradicionais afirmam suas territorialidades, suas identidades, suas práticas e as diferentes formas de r-existir nesse território.

Essa cartografia foi construída através de encontros realizados nos municípios, nas comunidades e é a conjunção de métodos e técnicas de geografia (base cartográfica, GPS) e metodologias participativas (oficinas para construção de legendas, oficinas para reconstruir a história, das comunidades, oficinas de socialização dos direitos dos PCTs etc.) ou seja, construída de forma dialógica. A representação produzida coletivamente através da cartografia é um instrumento que traz visibilidade ao grupo e à representação do território com a luta social do movimento (SILVA, 2012; RIBEIRO 2011).

No total foram mapeadas 181 benzedadeiras. O mapa está em processo de finalização e previsto seu lançamento para o ano de 2019. Um dos desdobramentos dessa

cartografia, que foi sendo construído ao mesmo tempo, consistiu na aprovação, em 18 de julho de 2018, da lei municipal de Irati 4583/2018 conhecida como “lei das Benzedeiras”, ela valoriza saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e sua inserção no Sistema Municipal de Saúde, com base na Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Trata-se de uma lei aprovada, no mesmo formato das leis de Rebouças e São João do Triunfo.

Outro desdobramento de todo esse processo de mapeamentos, construção de identidade e de uma territorialidade de r-existência aconteceu em novembro de 2018, com a Lei Estadual Nº 19.689 de 2018 que declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná os saberes, conhecimentos e práticas de saúde dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa, mais uma iniciativa do movimento.

Como podemos ver, a cartografia social tem sido uma importante ferramenta para o MASA, mas acreditamos que seu papel fundamental está na articulação do Movimento. Outro processo de cartografia está em andamento no município de Rio azul previsto para iniciar em 2019. Percebe-se que o MASA se articula através da cartografia, portanto esta tem papel fundamental na estratégia de territorialização e na luta para visibilizar os conflitos que historicamente fazem parte da vida dos detentores de ofícios tradicionais de cura. Na tabela abaixo, elaborada a partir dos mapeamentos realizados nos três municípios (Rebouças, São João do Triunfo e Irati), podemos observar que o detalhamento dos conflitos vai aumentando conforme os anos passam, ou seja, existe o processo de aperfeiçoamento de uma cartografia para outra, os dados coletados passam por uma triagem e são levados em conta nas próximas cartografias e na hora da elaboração dos questionários que vão para campo.

Da primeira cartografia realizada em Rebouças outros itens que não apareciam foram incorporados como a proibição de acesso a lugares sagrados como os olhos d’água de São João Maria, ameaça, perseguição, medo, contaminação das nascentes, abandono, destruição e o desinteresse pelos olhos d’água.

Imagem 05: Conflitos apontados nas cartografias sociais mapeados pelo MASA

Conflitos	Irati 2016	Rebouças 2009	São João do Triunfo 2010
Repressão das igrejas	×	×	×
Repressão dos médicos	×	×	×
Preconceito/desvalorização/crítica	×	×	×
Desmatamento/ falta de espécies	×	×	×
Contaminação por utilização de veneno	×	×	×
Proibição de acesso a coleta de plantas medicinais	×	×	×
Falta de conhecimento das plantas pelos mais jovens/ desinteresse	×	×	×
Ameaça /perseguição/medo	×		×
Contaminação das águas e nascentes	×		×
Proibição de acesso a águas sagradas (Olhos de São João Maria)	×		
Abandono/destruição ou falta de interesse pelos olhos de São João Maria	×		

Fonte: Adriane de Andrade, 2019.

As benzedeadas, além de participarem dos momentos de capacitação com os pesquisadores do projeto, permanentemente avaliavam a metodologia, que sofreu várias alterações durante os processos de mapeamento com inclusão de novas perguntas nos questionários, alteração na metodologia de oficinas etc. Como exemplo temos o município de São João do Triunfo e Irati, onde outros conflitos foram levantados: como o envenenamento de nascentes, a proibição de acesso a lugares considerados sagrados pelas benzedeadas.

O ápice dos mapeamentos eram os encontros nas comunidades onde eram reunidas várias benzedeadas e benzedores e ocorria a troca de saberes, de plantas, de simpatias etc. que, segundo o próprio Movimento, era o elemento animador dos encontros que eram realizados em locais diversos como um bar desocupado, estufas de fumo, barracões de igrejas, associações etc. (BRUSCHETTA, 2015).

Além dos conflitos relacionados ao acesso aos recursos naturais, temos também aqueles relacionados à desvalorização, preconceito e tentativa de criminalização dos saberes tradicionais. Através dos mapeamentos, encontros municipais e regionais, o movimento vem estabelecendo uma rede de denúncias contra o desprezo e violação ao direito de praticar os ofícios tradicionais materializadas em ameaças, repressões dos órgãos públicos de saúde e de igrejas que tentam criminalizar esses ofícios.

Uma questão comum aos três municípios é o avanço dos monocultivos de soja e pinus e eucalipto que causa destruição das florestas nativas e aguadas, locais que historicamente são usados para retirada de plantas medicinais usadas para o tratamento de saúde das comunidades e bairros. Criticam também a privatização dos recursos naturais por parte de fazendeiros, empresas florestais e unidades de conservação que impedem a livre circulação dos detentores desses ofícios para coleta de ervas medicinais nativas.

Ao fazermos uma leitura das cartografias sociais observamos que se trata de territórios em constante disputa, principalmente pela expansão do agronegócio, e pelo cercamento de terras, matas e fontes de água. Podemos considerar as cartografias usadas pelo MASA como uma cartografia de denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Como aponta Silva (2012), a cartografia da ação social pode ser considerada, como uma categoria analítica e, ao mesmo tempo, uma categoria metodológica, porque permite experimentar, por meio de exercícios de construção de mapeamentos e símbolos, as novas formas de representação, os novos projetos e sentidos das ações dos sujeitos vistos como comuns ou banais. Percebe-se nas cartografias produzidas pelo Movimento não é só a confecção de um mapa, mas todo um processo social que se inicia quando o Movimento levantou indagações do tipo: aonde estão as benzedeadas do município? Que práticas e conhecimentos tradicionais elas detêm? Quantas são? Quais são as ameaças sofridas por esse grupo? Ou seja, este processo é carregado de intencionalidade. Por isso acreditamos que as cartografias sociais do MASA se encaixam em uma cartografia da ação, justamente por buscar compreender os conflitos no uso do território e as leituras e subjetividades (identidades, memórias, pertencimento) dos sujeitos em seu cotidiano. “A cartografia da ação social reconstrói a outra leitura que força, no mundo do visível, a ruptura dos ocultamentos” (SILVA, 2012).

Por outro lado, é importante mencionar que o processo de cartografia não é algo pronto, que possa seguir uma metodologia única, ao contrário, é um processo em construção, em movimento, sofre interferência de vários fatores, no caso do MASA, relacionado, por exemplo: às características do próprio grupo (uma parte rural e outra parte urbana); ao tipo de levantamento que está sendo realizado (onde muitas benzedadeiras têm medo de serem reconhecidas); à logística, já que dependem dos assessores/pesquisadores, para fazer as visitas em campo, uma vez que nenhuma benzedeira possui carteira de motorista, o que acarreta um tempo outro, que está relacionado às agendas e disponibilidade desses para saírem a campo; à condição das estradas; ao financiamento externo dos projetos; às premiações; às parcerias com entidades não governamentais, sindicatos, prefeitura etc. São muitos elementos que fazem com que esses mapeamentos sejam únicos e que levantem elementos diferentes dependendo do momento e de quem o está realizando, como fica expresso na tabela acima que relaciona os conflitos apontados nos três mapeamentos já finalizados.

Com todos esses elementos, para finalizar a reflexão sobre essa ferramenta de r-existência que é a cartografia social, podemos afirmar que as cartografias criadas pelo Movimento dialogam em relação a três âmbitos concretos: construção dessa r-existência; confrontos epistêmicos; e significado da tradicionalidade. Em relação aos processos de r-existência, as cartografias mostram as insurgências contidas em outras visões de mundo, distanciando-se da cartografia oficial, da mídia hegemônica etc. (SILVA, 2012).

O resultante dessas cartografias foi o acionamento de uma identidade coletiva, mobilizada politicamente que culminou na consolidação do MASA como espaço legítimo de articulação entre as benzedadeiras, na visibilidade e reconhecimento de um grupo social tradicionalmente invisibilizado e na aprovação de legislações específicas (MASA, 2011). A existência das benzedadeiras reformulada na construção de espaços de resistência concretos.

A luta por políticas públicas de reconhecimento faz insurgir confrontos epistêmicos, como a do território do saber, que até então eram implícitas, como a disputa entre a cultura popular, representada pela medicina popular, e a cultura hegemônica representada pela medicina oficial, sendo essa, supostamente, fonte do saber e incontestável. Um saber que nega, degrada ou criminaliza os saberes dos ofícios tradicionais de cura. Essas cartografias, nesse contexto, representam a emergência de

demandas que ganharam visibilidade com a mobilização do grupo. Ganham vozes mulheres que sofreram perseguição, calúnia, preconceito e desvalorização principalmente relacionados aos seus conhecimentos tradicionais. São disputas que estão enraizadas na nossa sociedade e que através da visibilidade dada às benzedeiros voltaram a ser arena de conflitos.

Por último, além da r-existência e das epistemes, outro elemento se destaca em relação à produção das cartografias, o sentido da tradicionalidade associada a esses grupos, como as benzedeiros. Através dos três mapeamentos realizados podemos observar que as práticas relacionadas à saúde popular não estão restritas às áreas rurais, estão também nas cidades, principalmente nas áreas onde a população está mais concentrada, ocupando o mesmo território dos postos de saúde, hospitais e igrejas, evidenciando que as benzedeiros estão também nas áreas urbanas. Com esse dado, coloca-se em xeque afirmações de que as práticas de cura popular são apenas um resquício do passado e que só existem em áreas rurais, de difícil acesso e sem sistema de saúde. Tradições sem sentido, nessa sociedade medicalizada em que vivemos. Os mapeamentos comprovam que existe uma r-existência política, territorial e cultural das benzedeiros, mesmo muitas delas vindo para a cidade, expulsas do campo ou das suas comunidades rurais onde viviam e praticavam suas curas, elas se recriam, se ressignificam, se reinventam e tecem outras redes de solidariedade se reterritorializam em bairros urbanos (OLIVEIRA, 1985; BRUSCHETTA, 2015; VAZ, 2006). Atualizando sua tradicionalidade com seus ritmos e possibilidades, com limites e avanços no controle desse caminho. Constatando que a tradição não é coisa do passado, que ela ajuda na construção do presente e que vai se adaptando e reformulando sempre que os sujeitos que a dão vida consigam ter uma relativa autonomia na condução dos processos.

Apontando algumas considerações

Com este trabalho, esperemos ter deixado clara como a cartografia social teve e tem um papel fundamental na articulação do MASA como ferramenta essencial de auto reconhecimento, de organização, de visibilização e de confronto contra uma visão hegemônica da sociedade que as nega. Apesar das ameaças, preconceitos, desvalorização do seu ofício, diminuição dos seus territórios pela expansão das áreas do agronegócio, envenenamento dos cursos d'água e das plantas medicinais, cercamento de áreas e

invisibilização desses saberes etc., as benzedeadas contrariam o diagnóstico de que estão desaparecendo. O que se percebe tanto no dia-a-dia da prática dos ofícios de cura, como nas atividades mais externas (como reuniões ou participação em eventos) é um fortalecimento de um Movimento que continua trilhando caminhos na busca pelo reconhecimento e valorização dos seus saberes, expandindo suas atividades para outros municípios da região, criando uma rede de acolhimento e solidariedade.

Podemos afirmar que desde o nascimento até a atualidade, o MASA vem fortalecendo essas r-existências cotidianas assim como ampliando a escala de ação das benzedeadas, que também começaram a realizar atividades mais amplas e coletivas, para além daquelas em que as associações já realizavam na comunidade e nos municípios. Nessas escalas somam-se aos grupos que formam os povos e comunidades tradicionais do Brasil que, juntos, lutam contra diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e pela afirmação de suas identidades a partir de seu próprio modo de vida. Se constituem como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades, lutas por territórios da diferença (CRUZ, 2006).

O MASA, com suas especificidades de como ser diferente (em relação à tradicionalidade, cultura, relação estreita com a natureza etc.), busca através de políticas públicas o reconhecimento de suas práticas, seus ofícios e seu território, interpelando a visão binária de cultura e natureza que é fundante do pensamento moderno ocidental dominante, mas não para as benzedeadas, onde predomina a dimensão da vida (ÁLVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000).

Para as benzedeadas, a criação do Movimento possibilitou, para além da visibilidade e da legalidade no exercício do ofício tradicional (através da carteirinha de reconhecimento do ofício), o auto reconhecimento e autoafirmação do ser benzedeadas e a valorização desse conhecimento tradicional que acompanha historicamente os municípios da região. Em entrevista sobre a importância do Movimento para as benzedeadas de Irati, Dona Hilda dá o depoimento que segue:

É importante as leis porque a lei a gente não sabia, é mais coisa que ajuda, até os remédios tem uns que eu não sabia, essa reunião ajuda muito, muita coisa a gente vai aprendendo a mais. Dá mais força para gente, a gente fica muito sozinha às vezes dá desânimo, a gente encontra muita dificuldade com pessoas que xingam, falam palavrão ou com problema de doença sem cura e que nos tira a força, eu já pensei em desistir mais depois daquela primeira reunião na IFPR eu ganhei força, o movimento dá força para gente (Dona Hilda Klosowski, benzedeadas de Irati, 2016).

A resistência ganha sentidos a partir da transformação da existência, não de qualquer forma, respeitando o caráter de uma tradicionalidade que muda para continuar oferecendo possibilidades de reprodução. A seguir, podemos perceber como essa existência ganha outros contornos na voz das próprias integrantes do MASA:

A importância é que dá mais força! Sozinha dá um desânimo, aparece pessoas de todo tipo e tem gente que procura com doença que não tem cura, aí bate um desânimo. Mas acredito que tem me dado muita força para continuar ajudando os outros. Eu ando meio doente sem enxergar direito e eu mesmo fui ajudada aqui no encontro por outra benzedeira. (Dona Hilda Klosowski, benzedeira, Irati, 2016)

Só depois que entrou o movimento das benzedeiros e tivemos apoio do Ministério Público, conquistamos nossa liberdade. A lei de reconhecimento do nosso ofício em Rebouças e São João do Triunfo foi pioneira no Brasil e a carteirinha das benzedeiros que nos deu essa liberdade e agora a gente pode trabalhar tranquilamente sem medo. Através dos encontros organizados pelo movimento das benzedeiros a gente faz troca de remédio, benzimento é muito bom, atualmente eu sou coordenadora geral do Movimento de Aprendizes de Sabedoria representante de Rio Bonito- Rebouças/PR. Foi através desses encontros que nos explicaram sobre nossos direitos que conquistamos a carteirinha junto a prefeitura. Como benzedeira, eu atendo gente de todo o tipo, vem gente de longe, uns vem por parente, por ouvir falar, outros pegam na internet... mas o gosto que a gente tem é de ajudar as pessoas, principalmente os mais pobres que não tem dinheiro para pagar um médico, uma consulta, um remédio. Para uma benzedeira não tem dia nem noite é a hora que precisar, se alguém bater na porta eu atendo, sem cobrar nada em troca, afinal cuidar da vida é nossa missão! (Dona Agda, benzedeira, de Rebouças, 2017).

O MASA representa isso, um caminho. Um dos caminhos possíveis para se caminhar, onde a revolução é cotidiana, não estrondosa, mas está nas pequenas coisas, no diário, nas trocas, no jeito de seguir fazendo comunidade relacionado a outras dimensões da vida. Aqui corroboramos com Zibechi (2015) ao afirmar que a comunidade não é, ela se faz, através do fazer coletivo, pois são essas relações que dão vida, sentido para a comunidade.

Notas

ⁱ O Art. 215 se refere a: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (...).” Enquanto o Art. 216 determina que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).”

ⁱⁱ A política tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007, p. 1)

iii Os PCTs que foram reconhecidos no Conselho são I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV - caatingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII - caboclos; e XXIX - juventude de povos e comunidades tradicionais.

iv O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e, uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1999, p. 42).

v João Maria é conhecido na história do Sul do Brasil como um peregrino que circulava por essas paragens há cerca de um século atrás, foi o líder messiânico que organizou os sertanejos na Guerra do Contestado e era também um profeta curandeiro, nas comunidades onde passava abençoava as nascentes d’água. Esses olhos d’água são hoje locais sagrados para as Benzedeiras (Arquivos, MASA 2017).

vi O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais. Com o material produzido, tem-se um maior conhecimento sobre o processo de ocupação e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social (PNCSA, 2017).

vii A Rede Saúde e Cultura do Ministério da Cultura e da Saúde tem como objetivo fortalecer práticas que integram saúde e cultura voltadas para a promoção da saúde, cidadania e da qualidade de vida da sociedade brasileira. Por meio do modelo de gestão colaborativa, reúne agentes que atuam no intercâmbio entre Saúde e Cultura. A Rede visa a fortalecer políticas públicas e, conseqüentemente, as diversas ações relacionadas a essa interface, por meio da mobilização de recursos diversos da saúde, cultura, educação, entre outros setores, a fim de apoiar a produção de conhecimento e as práticas que consideram a importância da cultura como determinante e condicionante da saúde (REDE SAÚDE E CULTURA, 2013.).

viii O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou autoatribuição, segundo a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, como povos e comunidades tradicionais, observando o Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os arts. 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, bem como artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná e demais dispositivos jurídicos que tratam do tema.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVAREZ, Sonia. e; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **O Cultural e o Político nos movimentos sociais latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALMEIDA, Denner Mariano. **A comunicação pública e o capital social do Movimento Aprendizes de Sabedoria: da (in) visibilidade ao empoderamento.** (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de (*et. al.*) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

ANDRADE, Adriane. **O Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA): Tecendo territorialidades de cura, na disputa por saberes comuns.** (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BRUSCHETTA, Caian A. M. **Cura e devoção: A vida e a sabedoria das Benzedeadas de Rebouças.** 182p. Monografia (Departamento de Ciência Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BARBOSA, Aline. M, MOURA, Ezequiel. R-existência da Comunidade de Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira, Imbituba-SC. In: SOUZA, Roberto Martins et al. **Identidade Coletiva e conflitos territoriais no sul do Brasil.** Manaus, AM: UEA Edições 2014.

CRUZ, Valter do Carmo. As lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri org. **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.2013, p.119-173.

CRUZ, Valter Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia.** 368p. Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRUZ, Valter. do C. **.R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia.** Revista Terra Livre. Goiânia. Ano 22, v.1, n.26 – p.63-89, jan-jun-2006.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: RODENHAL, Z. & CORR A, R. L. (Orgs.) **Manifestações Culturais no Espaço.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades: 256 teorias, processos e conflitos,** 2a. ed, Rio de Janeiro: Consequência, p. 95-120, 2015

IBGE CIDADES- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago 2017.

LEWITZKI, Taisa (org.). Da invisibilidade social, para o reconhecimento formal: o Direito de afirmação da Identidade de Benzedeadas e Benzedores, municípios de

Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. **Boletim Informativo Nova Cartografia Social**, nº 5, agosto 2011.

LINS, Dalvan. A. S. A prática da Benzeção em Santa Maria: A sabedoria popular de cura no contexto contemporâneo (1950-2000). In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, 2014.p931-948.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio natureza e sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. **XXIII Reunião Brasileira de Antropologia**. Gramado, 2002

MASA (Org.). **Carta do 1º Encontro Regional das Rezadeiras, Benzedoras, Curadores, Curadeiras**. Irati, 2008.

MASA (Org.). **Boletim informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil –conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas**: o direito de afirmação da identidade de benzedoras e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo. Paraná. n. 1. Manaus: Editora da Universidade Estadual do Amazonas, 2012a.

OLIVEIRA, Elda R. **O que é benzeção**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Elda R. **O que é medicina popular?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo. Contexto, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. **Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro: compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação social**.p.23-27. Revista Redobra, 2012, UFBA.

ROCHA, Luana S. **Eu te benzo, eu te curo**. Saberes e práticas de Benzedoras de Maceió- AL.86f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SANTOS, Luene G. **A inserção a Benzedoras no meio popular** (Pires do Rio Melo).100f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos, 2. ed, Rio de Janeiro: Consequência, p. 73-94, 2015.

SILVA, Cátia A. **Cartografia da ação social**: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, pags. 25-39, jan/jun. 2012.

TERRA DE DIREITOS. **Brasil lidera retrocessos na CDB**, 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/boletins/49/brasil-lidera-retrocessos-na-cdb/22415>. Acesso em 24 out 2018.

VANDRESEN, José C; BUTI, Rafael. P; SOUZA, Roberto. M. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. In: SOUZA, Roberto Martins et al. **Identidade Coletiva e conflitos territoriais no sul do Brasil-Manaus**, AM: UEA Edições 2014

VAZ, Vania. **As Benzedoiras da cidade de Irati**: suas experiências com o mundo, e o mundo da benzeção. 151f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A.U. & MARQUES, M.I. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território da vida, da luta e da justiça social. São Paulo: Paz e Terra e Casa Amarela, 2005.

_____. Direitos territoriais e étnicos: as estratégias do agronegócio na Amazônia. In: ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte. UFMG, 2008.

ZIBECHI, Raul. Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos. **Revista de Estudos comunitários El Aplante**. nº 1 p.73-98 Cidade de Puebla-México.2015

Recebido em 13/07/2019. Aceito para publicação em 27/08/2019.
--